

**Gestão socioambiental em cooperativas de agricultores familiares:
orientações e procedimentos fomentados pelo programa “mais
gestão”****Gestión socioambiental y cooperativas de agricultores familiares:
lineamientos y procedimientos promovidos por el programa “mais
gestão”**

Marcos Roberto Pires Gregolin¹
ORCID: 0000-0003-0943-5337.

Irene Carniatto²
ORCID: 0000-0003-1140-6260

Resumo: Este artigo propõe uma avaliação das diretrizes do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) "Mais Gestão" na esfera socioambiental, direcionado a associações e cooperativas da agricultura familiar. Utilizando os conceitos weberianos de racionalidade como base, o estudo emprega categorias analíticas inspiradas em Joyce Rothschild-Whitt (1979) e Maurício Serva (1997). A análise avalia a proximidade das orientações presentes no manual do programa com as racionalidades instrumental e substantiva. Concluímos, por meio dessa análise, que as orientações oscilam entre a racionalidade instrumental e a substantiva, indicando a viabilidade da coexistência dessas duas racionalidades no contexto conceitual e orientador das ações do programa.

Palavras-Chave: ATER; Orientações; Racionalidades Socioambientais.

Resumen: Este artículo propone una evaluación de las directrices del programa de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) "Mais Gestão" en el ámbito socioambiental, dirigido a asociaciones y cooperativas de la agricultura familiar. Utilizando los conceptos weberianos de racionalidad como base, el estudio emplea categorías analíticas inspiradas en Joyce Rothschild-Whitt (1979) y Maurício Serva (1997). El análisis evalúa la proximidad de las orientaciones presentes en el manual del programa con las racionalidades instrumental y substantiva. Concluimos, a través de este análisis, que las orientaciones oscilan entre la racionalidad instrumental y la substantiva, indicando la viabilidad de la coexistencia de estas dos racionalidades en el contexto conceptual y orientador de las acciones del programa.

Palabras clave: ATER, Orientaciones; Racionalidades Socioambientales.

¹ Bacharel em Comunicação Social, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas e Tecnólogo em Agronegócio. Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Doutor em Extensão Rural. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, vinculado ao projeto Iniciativa Amazonia+10 – Paraná.

² Licenciada em Ciências com Habilitação Em Matemática, Mestre em Educação, Doutora em Engenharia Florestal e Pós-Doutora em Educação. Pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Campus de Marechal Cândido Rondon.

INTRODUÇÃO

Alberto Guerreiro Ramos foi pioneiro no Brasil ao analisar as racionalidades nas organizações, especialmente ao teorizar sobre a racionalidade substantiva e suas relações com as práticas administrativas. No entanto, devido à sua morte prematura, seu trabalho deixou um impasse ao não demonstrar claramente que a razão instrumental não é a única base para práticas de gestão (Serva *et al.*, 2015, p. 415).

Este estudo parte do pressuposto de que as organizações econômicas de agricultores familiares, como associações e cooperativas, são predominantemente guiadas por ações administrativas fundamentadas na racionalidade substantiva, o que vai contra a lógica de mercado geralmente operada pela racionalidade instrumental. Diversos autores, como Cançado, Carvalho e Pereira (2011), Christoffoli (2000), Felski, Sampaio e Dallabrida (2011), Matarazzo e Boeira (2016), Severo e Pedrozo (2008), Silva e Neto (2015) e Zwick e Pereira (2013), fundamentam essa compreensão.

Os constructos teóricos centrais deste artigo são os tipos ideais e as racionalidades (instrumental e substantiva) da sociologia weberiana, essenciais para as interpretações propostas. Os tipos ideais são quadros de pensamento que servem como parâmetros para entender e avaliar a realidade. Eles são guias para construir a compreensão da realidade, mas não são realidades puras e inalteráveis.

Max Weber destaca dois tipos de ação racional: a ação instrumental, voltada para objetivos próprios e geralmente associada ao capitalismo, e a ação referente a valores, determinada pela crença consciente nos valores próprios, sem considerar necessariamente o sucesso da ação. Estes conceitos são fundamentais para analisar a especificidade das ações sociais (Sell, 2012).

Neste estudo, buscamos confrontar as orientações práticas do "Mais Gestão" para a área de Gestão Socioambiental das cooperativas e associações atendidas, com as características das racionalidades, considerando processos e dimensões de gestão. A pergunta central é: Em que medida as orientações do "Mais Gestão" estão vinculadas a uma das racionalidades da gestão econômica? Para isso, utilizamos as propostas teóricas de Joyce Rothschild-Whitt (1979) e Maurício Serva (1997), que organizaram análises de

dimensões e processos organizacionais para racionalidade instrumental e substantiva/coletivista.

As orientações práticas foram extraídas do guia metodológico do "Mais Gestão" e foram analisadas à luz desses quadros teóricos, interpretando qual tipo de racionalidade está subjacente às práticas sugeridas por essas orientações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse estudo, serão abordados dois conceitos de ação racional, conceitos estes fundantes dos preceitos teóricos apresentados pelos autores seminais utilizados em nossas avaliações. O primeiro dele, ação social “**de modo racional referente a fins**” (Weber, 2000, p. 15), de acordo com Weber, é aquela que “pode” ser desencadeado “por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e, utilizando essas expectativas, como ‘condições’ ou ‘meios’ para o alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos” (Weber, 1973, p. 417; 2000, p. 15).

A ação racional com relação aos fins (*Zweckrational*), de acordo com Japiassú e Marcondes, também é conhecida como ação formal ou ação instrumental, empreendida principalmente no intento de atender os anseios do seu agente. Para esses autores, Weber identifica a razão instrumental com o capitalismo e o desenvolvimento da técnica e da sociedade industrial (Japiassú; Marcondes, 1990, p. 427). De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2003), tem-se na atualidade, além de na economia, o ambiente acadêmico como *lôcus* privilegiados deste tipo de ação.

Ação “**de modo racional referente a valores**” (Weber, 2000, p. 15) (*Wertrational*) é “determinada pela crença consciente no valor - interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma - próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito” (WEBER, 1973, p. 417; 2000, p. 15). Ou seja, tem por base o apreço aos princípios e é a convicção em seus valores que inspira as condutas, não sendo guiado, então, pela estimativa dos efeitos que poderão resultar dos seus atos. “O significado da ação não se encontra, portanto, em seu resultado ou em suas consequências, mas no desenrolar da própria conduta” (Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2003, p. 107).

Acrescenta Kalberg (2010) que, ao remeter-se aos valores, o agente o faz conscientemente e atribui o significado ético e valorativo (entre outros valores) ao ato em si. De acordo com esse autor, a noção de ato obrigatório (verbindlich) e compulsório também está presente nessas ações, não como uma lei externa ou mando coercitivo, mas sim como um imperativo categórico.

O programa de ATER "Mais Gestão" busca melhorar a gestão em organizações de agricultores familiares, notadamente caracterizadas como coletivistas/substantivas. De acordo com estudos preliminares, essas organizações são orientadas pela ação racional substantiva, que prioriza autorrealização individual e responsabilidade social grupal. Serva (1993) destaca princípios fundamentais, como o reconhecimento da individualidade e a busca do equilíbrio entre objetivos coletivos e individuais.

Rothschild-Whitt (1979) descreve as organizações coletivistas como precursoras de uma nova sociedade, onde a autoridade reside no coletivo, não em cargos específicos. Serva (1997) identifica seis elementos fundamentais nas organizações substantivas, destacando a valorização do potencial individual e a busca pela satisfação. Já Weber (1973, 2000) destaca a importância da ação racional instrumental na sociedade moderna, ligada ao capitalismo e ao desenvolvimento tecnológico.

Serva (1997) diferencia a ação racional em organizações instrumentais, baseada em cálculos e metas técnicas, da ação em organizações substantivas, orientada pela busca de satisfação e valores coletivos e nos fornece elementos para uma análise organizacional pautada em onze processos: ação social e relações ambientais, comunicação e relações interpessoais, conflitos, controle, dimensão simbólica, divisão de trabalho, hierarquia e normas, reflexão sobre a organização, satisfação individual, tomada de decisão e valores e objetivos organizacionais.

Por sua vez Rothschild-Whitt (1979) destaca que organizações alternativas se caracterizam como embriões de uma nova sociedade, que buscam suplantam as velhas estruturas com versões novas e melhoradas. Para ela, o maior diferencial de uma organização coletivista jaz na autoridade que é depositada no coletivo e não como incumbência de um cargo ou de alguma especialidade. A autora propõe uma análise de oito dimensões para diferenciar organizações burocráticas de coletivistas, abordando autoridade, controle social,

diferenciação no trabalho, estratificação social, estruturas de incentivos, recrutamento e progressão, regras e relações sociais (Rothschild-Whitt, 1979).

Para esse estudo tomaremos por base 17 processos e dimensões organizacionais, mesclado as apresentadas por Rothschild-Whitt e Serva.

No que diz respeito a **Ação social e relações ambientais** (Serva, 1997) as ações guiadas pela racionalidade substantiva são respaldadas por valores emancipatórios. Em contraste, as fundamentadas na racionalidade instrumental buscam primariamente os objetivos finais, traduzidos no sucesso materializado em resultados superiores.

Em uma organização coletivista, pautada pela racionalidade substantiva, a **autoridade** é fundamentada na convicção de que a ordem social pode ser alcançada através da conduta autodisciplinada e cooperativa dos indivíduos. As decisões não são tomadas por meio de votos, e tanto as resoluções de problemas quanto os encaminhamentos são estabelecidos mediante consenso. Conforme destacado por Rothschild-Whitt (1979, p. 512), "todas as principais questões políticas, como contratação, demissão, salários, divisão do trabalho, distribuição do excedente e a forma do produto ou serviço final, são decididas pelo coletivo como um todo".

Para os processos vinculados a **Comunicação e relações interpessoais** (Serva, 1997) as ações racionais substantivas têm como base a busca pela autonomia e autenticidade dos indivíduos, promovendo valores emancipatórios. Instrumentalmente, essas ações visam estratégias interpessoais e consolidam o êxito ao incentivar a melhoria no desempenho individual, resultando em conquistas mais realizadoras.

Em organizações com base na racionalidade substantiva, as ações buscam resolver **conflitos** (Serva, 1997) por meio de julgamento ético, promovendo autenticidade e autonomia. Já em organizações orientadas por ações racionalmente instrumentais, os conflitos são abordados com ênfase em cálculos, ações práticas e estratégias interpessoais.

No contexto do **controle** organizacional (Serva, 1997), as ações racionais substantivas baseiam-se principalmente no entendimento coletivo, enquanto, nas ações racionais instrumentais, o controle está associado à maximização de recursos, desempenho e estratégia interpessoal.

No contexto da **divisão do trabalho** (Serva, 1997), a racionalidade substantiva destaca o entendimento coletivo, a autorrealização e a autonomia dos indivíduos como

centrais, enquanto as ações racionais instrumentais se fundamentam em cálculo, desempenho e maximização de recursos.

A **dimensão simbólica** (Serva, 1997) é central nas ações racionalmente substantivas, buscando a autorrealização e a promoção de valores emancipatórios. Em organizações orientadas pela racionalidade instrumental, por outro lado, essa dimensão reside na utilidade e no desempenho individual em prol do êxito e dos resultados organizacionais.

No contexto da **estratificação social**, o estudo de Rothschild-Whitt (1979) destaca duas forças: remuneração e prestígio. Nas organizações alternativas, a centralidade reside na equidade, evitando grandes discrepâncias em prestígio ou privilégios sociais, mesmo proporcionalmente à habilidade ou autoridade. Quanto à remuneração, algumas organizações adotam isonomia salarial, enquanto outras diferenciam com base nas necessidades individuais, sem considerar a contribuição específica. Em organizações maiores, a diferenciação é decidida coletivamente. O prestígio, sendo subjetivo, apresenta menos possibilidades de alinhamento em comparação com o salário.

No entanto, as organizações coletivistas tentam de várias maneiras indicar que são uma fraternidade de pares. Por meio do vestuário, das relações informais, da divisão de tarefas, da rotação de empregos, da estrutura física da área de trabalho, da igualdade de salários e do próprio processo de tomada de decisão coletiva - os coletivos transmitem uma igualdade de status (Rothschild-Whitt, 1979, p. 517).

Nas organizações coletivistas/substantivas, as **estruturas de incentivos** (Rothschild-Whitt, 1979) têm como principal base a realização pessoal, alinhada aos valores individuais. Em um segundo plano, busca-se a realização por meio de interações amigáveis e solidárias no ambiente de trabalho, reservando os incentivos materiais para um terceiro plano. Em tais organizações, a motivação para a associação e participação ativa muitas vezes é impulsionada por valores simbólicos.

No contexto das **hierarquias e normas** (Serva, 1997), as ações racionais substantivas buscam o entendimento e julgamento ético entre os envolvidos na organização, enquanto as ações racionais instrumentais estão centradas no desempenho, estratégia interpessoal e alcance de objetivos.

Quanto ao **recrutamento e progressão** (Rothschild-Whitt, 1979) em organizações coletivistas, a autora conclui que o emprego não se baseia em especializações ou

certificações, mas sim na afinidade de valores organizacionais. No que diz respeito à progressão, em organizações coletivistas, não existe uma escada de ascensão para cargos mais elevados.

A **reflexão sobre a organizações** (Serva, 1997) é crucial nos processos gerenciais. Quando fundamentada na racionalidade substantiva, prioriza os julgamentos éticos e os valores emancipatórios. Por outro lado, na racionalidade instrumental, predomina a avaliação de metas, desempenho e rentabilidade.

No que diz respeito às **regras** (Rothschild-Whitt, 1979) nas organizações coletivistas há uma ruptura com a burocracia ao dispensar uma orientação baseada em sistemas escritos de regras formais. No entanto, a autora destaca que, embora busquem essa abordagem, as organizações alternativas não conseguem eliminar totalmente as regras.

Nas organizações coletivistas a dimensão de **relações sociais** (Rothschild-Whitt, 1979) destaca a presença marcante de um ambiente comunitário e pessoal. Os relacionamentos são valorizados por sua natureza holística e afetiva, não exigindo esforços para reprimir sentimentos e emoções, reconhecendo a importância desses elementos na preservação da racionalidade característica desse contexto.

Em organizações que adotam a racionalidade substantiva, **a satisfação individual** (Serva, 1997) é buscada como um fim em si mesma, resultando da autorrealização e autonomia de cada indivíduo em um contexto coletivo. Por outro lado, em organizações orientadas por ações racionalmente instrumentais, a satisfação individual é considerada um meio para atingir objetivos, muitas vezes relacionados ao sucesso organizacional e aos resultados.

Quando se trata de **tomada de decisão** (Serva, 1997), a racionalidade substantiva prioriza o entendimento coletivo e o julgamento ético, enquanto a racionalidade instrumental se concentra principalmente no cálculo da utilidade e na maximização de recursos, independentemente da natureza deles.

Em derradeiro, para os **valores e objetivos organizacionais** (Serva, 1997), a racionalidade substantiva destaca a centralidade da autorrealização, busca por valores emancipatórios e julgamento ético. Em contrapartida, na racionalidade instrumental, esses valores e objetivos estão fortemente ligados à utilidade, fins e rentabilidade do empreendimento.

Essas conceituações delineadas por Rothschild-Whitt (1979) e Mauricio Serva (1997) desempenham um papel significativo nesta pesquisa, pois estabelecem conexões entre os procedimentos organizacionais e os componentes fundamentais da racionalidade, seja ela de natureza substantiva/coletivista ou racional/burocrática. Através desse panorama comparativo, torna-se viável diagnosticar os processos organizacionais impulsionados por um serviço específico direcionado às organizações de agricultores familiares, e sua relação com uma das formas de racionalidade mencionadas.

METODOLOGIA

Neste estudo, classificamos a pesquisa como documental, pois busca informações e evidências nos documentos orientadores do "Mais Gestão". Esse tipo de estudo envolve a coleta de dados em diversas fontes documentais, como documentos internos e oficiais, relatórios de empresas, sem realizar análises analíticas (Gerhardt; Silveira, 2009).

Para analisar os dados, optou-se pela "análise de conteúdo", uma abordagem que busca identificar significados latentes nas mensagens do manual. Essa metodologia visa interpretar e atribuir sentidos ao texto, explorando informações não necessariamente explícitas. A análise de conteúdo busca uma compreensão mais profunda, revelando significados subentendidos de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, entre outras (Bardin, 2011).

Este estudo adota as categorias de análise propostas por Joyce Rothschild-Whitt (1979) e Mauricio Serva (1997), permitindo a diferenciação de características constitutivas dos tipos ideais de racionalidade instrumental e substantiva, manifestadas em dimensões e processos organizacionais vinculadas a gestão socioambiental. Os resultados serão apresentados tendo por base as perguntas que compõem o diagnóstico do "Mais Gestão" na área socioambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão Socioambiental é a última área do diagnóstico apresentado pelo Guia Metodológico do "Mais Gestão". Ela é precedida pela governança organizacional, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão de processos produtivos e pela gestão comercial.

Tendo por base o Guia Metodológico do programa, compõem a gestão socioambiental as ações que:

[...] a organização implementa para minimizar os impactos negativos de suas atividades sobre o ambiente, os bens comuns e de uso coletivo. Essas ações decorrem da responsabilidade socioambiental do empreendimento em relação a possíveis impactos para outros grupos sociais e para a natureza (Giz, 2018, p. 29).

De acordo com o entendimento de Sachs, a sustentabilidade ambiental:

pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas – com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida – para propósitos socialmente válidos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-se por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; [...] intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem de modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial; definição das regras institucionais para uma adequada proteção ambiental, bem como a escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras (Sachs, 1993, p.23).

Ao analisarmos os escritos do manual do programa é perceptível a preocupação com a legislação ambiental vigente, contudo fica a impressão, que essa a preocupação não figura unicamente no cenário, e que, apresentam-se apontamentos para aspectos vinculados aos valores apresentados por Serva (1997) como emancipatórios e de julgamentos éticos.

Essa vinculação pode ser percebida quando conceitualmente o manual determina que compõem a gestão socioambiental a “preocupações em relação ao uso dos recursos naturais (...) e relacionamento com as coletividades locais” (Giz, 2018, p. 29).

A área em questão é dividida em quatro subáreas e estas, por sua vez, são compostas por questões, as quais, como nas demais subáreas, buscam conhecer a adoção ou a não aderência das organizações às práticas de gestão preconizadas pelos gestores do “Mais Gestão”. São elas: Política socioambiental; Valoração ambiental; Regularidade ambiental; e Impactos ambientais (Giz, 2018).

Ao analisar essas subáreas percebemos com mais nitidez a coexistência entre racionalidade substantiva e instrumental. Como exemplo temos o fato de que, por mais que na problematização da subárea Política Socioambiental conste a preocupação com o correto uso dos recursos naturais e o bom relacionamento com as coletividades que circundam a organização, não é deixado de lado a “sustentabilidade das suas atividades econômicas” (Giz, 2018, p. 29). Sem falsos moralismos, essa é uma constatação previsível ao levarmos em consideração que estamos tratando de uma organização econômica, que, por mais que seja vinculada a agricultura familiar, busca sua inserção no mercado e o seu êxito, aqui, demonstrado por meio da expressão sustentabilidade econômica.

Sachs ilustra uma situação em que a coexistência de distintas racionalidades é perceptível na agricultura familiar, ao afirmar que os agricultores familiares, por ele caracterizados como “Guardiões da Paisagem”, quando não “prejudicados por condições de vida insustentáveis, que os forçam ao uso predatório dos recursos naturais, têm em geral uma sensibilidade ecológica maior que a dos grandes empresários agrícolas” (Sachs, 2003, p. 101).

Se levamos em consideração as exposições de Weber (1973, 2000), que em seus estudos deixa claro que a ação racional instrumental é o sustentáculo da vida econômica, legal e científica da sociedade moderna, podemos atribuir muita instrumentalidade ao que preconiza o “Mais Gestão” quando em uma das subáreas conceitua a valoração ambiental como o valor econômico obtido pela organização pelo uso dos bens e serviços ambientais (GIZ, 2018). De acordo com Japiassú e Marcondes, Weber identifica a razão instrumental com o capitalismo e o desenvolvimento da técnica e da sociedade industrial (Japiassú; Marcondes, 1990, p. 427) e isso se vincula fortemente ao apresentado nesse fragmento do manual.

Na subárea impactos ambientais, o texto do manual os classifica em dois: os negativos e os positivos. No que diz respeito aos impactos negativos, o mínimo que se espera é que a organização implemente ações para sua mitigação ou eliminação, e, por sua vez, para o “Mais Gestão”, os impactos positivos “podem se converter em oportunidades para a organização” (Giz, 2018, p. 29), ou seja, um aspecto que deveria ter um fim em si mesmo, passa a ser um meio para que a organização obtenha vantagens, característica fortemente vinculada a racionalidade instrumental, haja vista sua perfeita aderência a lógica de mercado (Guerreiro Ramos, 1989; Serva, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, ao avaliar o manual de execução do Programa de ATER “Mais Gestão”, que as categorias de análise inspiradas em Joyce Rothschild-Whitt (1979) e Mauricio Serva (1997) são úteis para refletir sobre a aderência das prescrições do programa às racionalidades instrumental ou substantiva. Dentre as categorias estabelecidas foi possível identificar aproximações com as de: I) Ação social e relações ambientais; II) Conflitos; III) Reflexão sobre a organização; IV) Regras; V) Tomada de decisão; e VI) Valores e objetivos organizacionais.

No que diz respeito aos processos organizacionais vinculados à ação social e relações ambientais, é possível estabelecer que, em partes, buscam potencializar e fomentam valores emancipatórios, característica do tipo ideal de racionalidade substantiva, mas também se direcionam pela finalidade de se obterem os resultados, característica típica da racionalidade instrumental.

No âmbito dos processos organizacionais vinculados aos conflitos, as ações são dimensionadas majoritariamente pelo cálculo das finalidades e executadas por meio de estratégias impessoais, características tipo ideias da racionalidade instrumental.

No que concerne à reflexão sobre a organização, é perceptível que ela almeja a potencialização do desempenho e o aumento da rentabilidade, o que a vincula à racionalidade instrumental.

Por sua vez, o fomento às regras se dá tendo por base a calculabilidade e o estabelecimento ou a revisão delas acontece em correspondência com a lei formal e escrita, atributos estes adequados à racionalidade instrumental.

O processo de tomada de decisão acontece por meio do cálculo da utilidade e da maximização dos recursos, atributo majoritariamente instrumental.

Por fim, os valores e objetivos organizacionais são estabelecidos pela sua utilidade, vinculada aos fins, principalmente, a rentabilidade, o que tem aderência totalmente aos preceitos da racionalidade instrumental.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CANÇADO, Ailton Cardoso; DE CARVALHO, Jacqueline Elisa Furtado Barreto; PEREIRA, José Roberto. Gestão e racionalidade: análise da metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/Nesol/UFT. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 5-27, 2011.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas coletivas de produção de trabalhadores rurais no capitalismo**: contradições, limites e possibilidades. 2000. 240 p. Dissertação (Mestrado e Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: PR, 2000.

GIZ - DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). **Guia metodológico Programa ATER Mais Gestão**. Brasília: GIZ, 2018.

FELSKI, Henrique; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 1, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. PLAGEDER, 2009.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: Uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sérgio Luís. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 207-227, 2016.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Editora UFMG, 2003.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: An alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, p. 509-527, 1979.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2012, vol. 27, p. 153-172.

SERVA, Maurício. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de administração de empresas**, v. 33, n. 2, p. 36-43, 1993.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de administração de empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

SERVA, Maurício *et al.* A análise da racionalidade nas organizações—um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, v. 13, n. 3, p. 414-437, 2015.

SEVERO, Lessandra Scherer; PEDROZO, Eugênio Ávila. A citricultura orgânica na região do Vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental? **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 2, p. 58-81, 2008.

SILVA, Karin Vieira da; NETO, Luis Moretto. Gestão social e participação nas decisões: estudos de caso em cooperativas de base social catarinenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 30, p. 132-154, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2000.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais. Volume 2**. São Paulo: Cortez, 1973.

ZWICK, Elisa; PEREIRA, José Roberto. Gestão de cooperativas: derivações teóricas do pensamento utópico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 35, n. 1, 2013.